



MeetOn “Ecosystema da Saúde e a Transformação Digital”

CONCLUSÕES

09 de novembro de 2020

No MeetOn de 5 de novembro, a APDSI contou com a partilha de testemunhos de Luís Goes Pinheiro, Presidente do Conselho de Administração dos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), de Luís Pereira, Country Manager da Medtronic, de António Tavares, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, e de Luís Marques, Solutions Architect da Amazon Web Services (AWS), patrocinadora global da APDSI. A moderação esteve a cargo de Luís Nunes, Vogal da Direção da APDSI.

A cooperação entre o ecossistema alargado da saúde e os atores da economia digital permite escalar a inovação tecnológica na prestação de cuidados de saúde, apostando na prevenção da doença e na gestão da saúde e do bem-estar ao longo da vida.

Como podemos garantir que as TIC’s na Saúde são uma realidade nas unidades de saúde e no dia-a-dia das pessoas para gerir e monitorizar de forma ativa a sua

saúde? Como centrar a informação no cidadão? E o que é que isso significa nos diferentes atores? E qual o papel da transformação digital nesse objetivo, sobretudo considerando a aceleração recente motivada pela pandemia?

Este foi o ponto de partida para o debate, que começou com a intervenção de Luís Goes Pinheiro. Enquanto responsável pela SPMS, admite que esta organização tem um papel duplo – promotor do “coração” dos sistemas digitais de saúde, o que têm, necessariamente, que passar por uma quase obrigatória uniformização, e depois incentivando a inovação e possibilitando o aparecimento de outras soluções, de outras fontes. Este “ecossistema” terá de ser cada vez mais interligado, mas cumprindo regras de diálogo.

Um “coração” (arquitetura de informação comum e infraestrutura tecnológica) uniforme nesta comunicação assenta em ações transversais. A pandemia veio mostrar a urgência de ações rápidas e o ecossistema, que cresceu num contexto de soluções fragmentadas (soluções diferentes para os mesmos problemas), não respondia a todas as necessidades que, atualmente, tornam imperativa uma outra organização.

Os sistemas informáticos que servem os mesmos propósitos devem permitir a todos os profissionais de saúde trabalharem na mesma plataforma e adotar qualquer resolução tomada ao nível nacional, com uma aplicação comum e imediata no país inteiro, de modo a poder ser um sistema dialogante.

Esta base comum de comunicação encaixa em peças diferentes, o que nem sempre se verifica nos sistemas atuais, tornando difícil e casuística essa transferência de conhecimento de uma infraestrutura local para um sistema central ou vice-versa, resultando em perdas de “peças” no circuito. Para resolver problemas específicos, já fará sentido haver sistemas particulares.

Os hospitais são infraestruturas grandes e heterogêneas e devem ter uma “peça central de LEGO” onde todas as que lhes são particulares encaixam. Essas peças até podem ser diferentes, mas nalguns pontos do sistema têm de ser capazes de dialogar. Para que tal aconteça, é necessário haver regulação. Se, por um lado, o sistema de

saúde tem de ser fornecedor de informação, por outro tem de ser capaz de definir regras para as peças poderem comunicar com o sistema.

Para Luís Goes Pinheiro, é necessário definir um caminho onde faz sentido a SPMS ter protagonismo e deixar espaço para outras soluções que apareçam. Trata-se de um caminho duplo: produtor e regulador. Os utentes do Serviço Nacional de Saúde (SNS) já exigem uma velocidade que não se compagina com todo o trabalho que ainda é necessário ser feito para apresentar novas soluções.

A Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd) não influencia os dados que são disponibilizados na saúde de forma negativa, na visão de Luís Goes Pinheiro, que aceita o facto de haver um quadro legal protetor de liberdades que limitam o acesso à nossa intimidade. “Se nos focarmos nos objetivos, dificilmente encontramos algum que seja limitado pelo quadro regulatório que, aliás, é externo à CNPD”.

O registo de saúde eletrónico (RSE) é um caminho que tem de ser tratado em conjunto, uma vez que os dados são propriedade do cidadão e não de nenhum sistema de saúde.

Luís Pereira, Country Manager da Medtronic, começa por dizer que os dados disponíveis no setor da saúde devem pertencer ao cidadão e a mais ninguém; tem de ser ele a dar autorização a esse acesso, seja nos serviços públicos, seja nos privados. O papel dos dispositivos de saúde na prevenção e diagnóstico da doença – onde está a ser feito um maior investimento nesta altura – é fundamental, uma vez que, com especial relevância neste quadro pandémico, o tratamento eficaz de uma doença depende de um diagnóstico contínuo o mais precocemente possível; é necessário atuar rapidamente e com as adequadas soluções de terapêutica.

Com o envelhecimento da sociedade, uma das alternativas para lidar com o facto de não existirem cuidadores para todos, é uma aposta em sistemas de “casa inteligente”, que têm sensores que avisam os prestadores de saúde de uma emergência, da ação a tomar e de como chegar rapidamente ao local.

A telemonitorização já permite o atendimento em hospital à distância e essa informação pode ser partilhada com as devidas autorizações e ao abrigo do RGPD, o que permite, por exemplo, tratar em Portugal um cidadão estrangeiro com pacemaker.

As instituições em Portugal carecem do facto de os médicos serem apenas clínicos e nem sempre terem formação em novas tecnologias, lamenta Luís Pereira. Há poucos licenciados em medicina com aptidão nestas áreas, o que deveria ser combatido num futuro próximo.

Relativamente às empresas portuguesas que desenvolvem soluções IT para a saúde há a necessidade de se tornarem mais globais e tentarem responder à procura internacional apoiadas em clusters para poderem dar melhores e mais rápidas respostas ao que o mercado que a saúde mundial vai solicitando.

António Tavares, Provedor da Santa Casa da Misericórdia do Porto, afiança que a transição digital tem sido uma preocupação para esta instituição que procura centrar a informação no cidadão no ecossistema alargado da saúde.

A questão da Inteligência Artificial (IA), bem como o papel do cidadão, que quando se dirige ao hospital e ao médico está mais debilitado, tem sido uma crescente preocupação para a Santa Casa da Misericórdia do Porto. A IA está a cruzar-se com a inteligência emocional e tem de dar um salto rumo a este cuidado excecional que é necessário existir.

A teleconsulta e telemedicina eram áreas que não conquistavam totalmente os médicos; a crise que hoje vivemos acelerou a adoção e o acesso a essas novas tecnologias. O “mordomo digital” existente na instituição procura abolir o papel de todo o circuito, para que se permita o acesso à informação por parte de vários elementos envolvidos na admissão de um doente. “Não faz sentido haver ainda hoje pessoas cuja função é apenas atravessar o hospital inteiro várias vezes ao dia para transportarem relatórios de exames”, diz António Tavares.

“Não nos podemos esquecer dos doentes que estão em ambientes de combate às demências ou saúde mental, que também precisam que as tecnologias cheguem a

eles. Para isso é necessário que seja fácil a esses profissionais de saúde terem acesso à informação. Não é preciso ter um chip na cabeça, mas sim pensar com o chip na cabeça”, adverte.

Hoje em dia já se avalia a possibilidade de os doentes terem um aparelho consigo e o INEM ou a PSP virem em socorro em caso de urgência. As novas gerações de idosos estarão, também, mais disponíveis para trabalhar com as novas tecnologias.

A esta disponibilidade alia-se o facto de a saúde domiciliária trazer muito mais conforto aos doentes, enquanto as tecnologias permitem que o cuidador contacte mais facilmente com o seu médico responsável. Muitas vezes essa comunicação é só a de dizer que tudo se mantém normal, o que dispensa uma grande quantidade de exames, deslocações e ocupação de *camas sociais* em hospitais.

Todos os médicos da Santa Casa da Misericórdia do Porto já fazem tratamento da informação com recurso a *tablets*, apesar da resistência que ainda existe e que está a ser combatida com uma incubadora virtual de ideias que transforma a informação em conhecimento.

Para ser feita uma integração de todo o processo no modelo de gestão em que está assente o sistema de saúde tem de haver uma espécie de simplex da saúde que possibilite todo este diálogo.

Luís Marques, Solutions Architect da Amazon Web Services reforça que já existem tecnologias que podem responder a praticamente todas as necessidades que hoje ainda se sentem, pode é ser mais ou menos fácil de aplicar aos diferentes desafios.

A Amazon já tem esse “coração”, essa base comum para poder começar uma presença online, nesse momento inicial destinada às vendas. Não havendo nenhum fornecedor de serviços que fosse capaz de responder, a marca (AWS) começou a trabalhar nessa solução dentro “de casa”. Com essa escala que criou, começou a exteriorizar e a vender esses serviços.

Segundo Luís Marques, para a AWS há uma prioridade zero que é a segurança – a que vem antes de qualquer outra área. Os dados de terapêutica são do cidadão e é

importante trabalhar com uma plataforma de segurança nessa informação comum e sensível.

Conectar milhões de dispositivos com informação cruzada e daí extrair conhecimento, já é possível, garante Luís Marques, na medida em que já não é tão caro nem tão difícil ter uma plataforma que o possibilite.

A AWS tem património intelectual que está a ser utilizado pelo NHS – sistema de saúde inglês e que não é impossível de replicar em Portugal, mas é necessária uma solução equivalente à dos parceiros que alinharam nessa solução inglesa.

O próximo MeetOn da APDSI, intitulado “Competências e Qualificações TICE em Portugal”, vai realizar-se a 19 de novembro, às 18h00.

SOBRE A APDSI

Criada em 2001, a Associação para a Promoção e Desenvolvimento da Sociedade da Informação (APDSI) tem por objetivo a promoção e desenvolvimento da transformação e inclusão digital em Portugal, reunindo com este interesse comum profissionais, académicos, empresas, organismos públicos e cidadãos em geral.

Na linha destes propósitos a APDSI tem vindo a desenvolver diversas atividades em torno de causas tecnológicas e sociais, que se traduzem num conjunto de eventos, recomendações e estudos realizados por grupos de trabalho multidisciplinares em diversas áreas de intervenção, como a Segurança, os Serviços Públicos Digitais, a Saúde, a Cidadania e Inovação Social, o Território Inteligente, a Governação das TIC, a Inteligência Digital, a Política Digital e Governança, os Futuros da Sociedade da Informação e as Competências digitais.

Em todos estes trabalhos a APDSI procura identificar as tendências de evolução e também as interações entre as tecnologias e outras dimensões sociais e económicas, contribuindo com uma visão mais aberta para a discussão e tendo como meta a eficaz perceção e implementação destes conceitos na Sociedade Portuguesa. A APDSI tem o Estatuto de Utilidade Pública e foi em 2008 reconhecida como ONGD.

ASSOCIE-SE

URL | www.apdsi.pt

email | secretariado@apdsi.pt

APDSI

ASSOCIAÇÃO
PARA A PROMOÇÃO E DESENVOLVIMENTO
DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO



Associação de Utilidade Pública
ONG – Organização Não Governamental

Rua Alexandre Cabral, 2C – Loja A
1600-803 Lisboa – Portugal
URL: www.apdsi.pt

Tel.: (+351) 217 510 762
Fax: (+351) 217 570 516
E-mail: secretariado@apdsi.pt

Patrocinadores Globais da APDSI

